



PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2/2019 E SEU IMPACTO NAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

GABRIELA SOUSA GOMES; EMMERSON SANTA RITA SILVA; ABELARDO PEDRO NOBRE JUNIOR

Introdução: Este estudo investiga a RESOLUÇÃO CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, sob a ótica das Políticas Públicas e Regulamentação em Educação a Distância (EaD). A pesquisa busca compreender como a legislação, especialmente as leis de segunda licenciatura e Formação Pedagógica (R2), influencia a formação de professores em EaD, considerando a vastidão do território brasileiro e a necessidade de padronização dos cursos. **Objetivos:** O estudo tem como objetivo analisar o impacto da Resolução CNE/CP nº 2, de 20/12/2019 na/para formação docente em EaD, examinando as respostas do Estado às demandas do mercado por profissionais qualificados. Adicionalmente, busca-se compreender as implicações dessas políticas na sociedade do conhecimento, onde as habilidades dos professores são consideradas ativos de mercado. **Materiais e Métodos:** A metodologia fundamenta-se na análise qualitativa, e sobretudo análise discursiva da Resolução CNE/CP nº 2, com base em teóricos do campo político-educacional, como Bianchetti (2005), Frigotto (1995a, 1995b), Gentili (1995a, 1995b), Silva (1995), Suassuna (2004). A compreensão da formação de professores é embasada em estudos de Freitas (2014), Dias (2011) e Gomes (2022). A pesquisa abrange, ainda, a consideração das leis específicas para EaD, identificando transformações no processo de formação docente. **Resultados:** As análises evidenciam a influência da Teoria do Capital Humano, destacando a importância dos dispositivos regulatórios na legitimação da formação docente e os impactos da sociedade da capacitação na Educação a Distância. Observa-se também a flexibilização proporcionada pelas leis de segunda licenciatura e Formação Pedagógica (R2), evidenciando mudanças no processo de formação. **Conclusão:** este estudo contribui para a compreensão das dinâmicas e desafios na implementação de políticas públicas e regulamentações na Educação a Distância no Brasil. As análises apontam não apenas para os aspectos regulatórios, mas também para as implicações sociais e educacionais dessas políticas, destacando a interligação entre a legislação, a formação de professores e as exigências do mercado educacional.

Palavras-chave: **EDUCAÇÃO A DISTANCIA; FORMAÇÃO DE PROFESSORES; POLITICAS PUBLICAS; REGULAMENTAÇÃO EDUCACIONAL; RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2**